

# **Avaliação do Projeto “Disseminação e Aprimoramento das Técnicas de Manejo Florestal Sustentável” sob o Prisma do Fundo Amazônia**

*Luís Gustavo Santos Lazzarini\**

## **Resumo**

O ensaio tem por finalidade analisar em que medida o projeto “Disseminação e Aprimoramento das Técnicas de Manejo Florestal Sustentável”, executado pelo Instituto Floresta Tropical (IFT), pode contribuir para a redução do desflorestamento irregular na região, dentro dos princípios do Fundo Amazônia, seu fomentador. Em específico, analisar-se-á a relação entre o desenvolvimento do projeto e a melhora qualitativa sobre os modelos produtivos de exploração madeireira na região, para aumentar a produtividade e oportunidades para populações locais sob uma perspectiva sustentável, sobretudo no que tange à redução das emissões de carbono. Com o estudo, poderão ser mensurados aspectos positivos e controversos do projeto e da atuação do órgão gestor do Fundo Amazônia, para aprimoramento e melhor alcance das metas fixadas.

## **Abstract**

The study aims to analyze to what extent the project "Dissemination and Improvement Techniques for Sustainable Forest Management", run by the Instituto Floresta Tropical (IFT), can contribute to the reduction of irregular deforestation in the region, within the principles of the Amazon Fund its developers. In particular, it will examine the relationship between project development and qualitative improvement of production models of logging in the region, to increase productivity and opportunities for local populations in an sustainable perspective, especially with regard to reducing emissions of carbon. With this study, positives and controversial design may be measured and performance of the management body of the Amazon Fund, to improve and better achieve the goals set.

## **1. Concepção do projeto**

O Fundo Amazônia tem por objetivo principal fomentar projetos para prevenção e controle do desmatamento na Amazônia, bem como para estimular a conservação e uso sustentável dos recursos florestais no bioma<sup>1</sup>. Nos termos do Decreto nº 6527/2008, o BNDES, gestor do programa, está autorizado a destinar

---

\* Mestrando da Faculdade de Direito-USP

<sup>1</sup> FUNDO AMAZÔNIA. Site institucional. Disponível em [www.fundoamazonia.gov.br](http://www.fundoamazonia.gov.br). Acesso em 19 abr. 2013.

valores de doações para o desenvolvimento de projetos em diversas áreas, dentre as quais se destaca o manejo florestal sustentável.<sup>2</sup>

O estímulo à adoção de boas práticas de manejo florestal na Amazônia é uma importante política de valorização dos recursos florestais e promoção de desenvolvimento social. Segundo Bertha Becker, o manejo florestal sustentável é uma boa estratégia de promoção de desenvolvimento na região, pois se coloca de lado a ideia de atribuir valor econômico apenas à floresta intocada, estimulando-se boas práticas de exploração dos recursos florestais nas áreas de mata aberta e de transição.<sup>3</sup> Além disso, a Lei nº. 12.651/2012 (novo Código Florestal) prevê que a exploração florestal, com as exceções de seu artigo 31, dependerá de licenciamento cuja uma de suas etapas é a elaboração de um plano de manejo florestal sustentável.<sup>4</sup>

Dentro desse contexto, as principais atividades previstas no projeto em análise concentram-se na formação de recursos humanos para trabalhar nas esferas de gestão, execução e monitoramento das atividades de campo em manejo florestal. Além disso, pretende-se sensibilizar atores sociais diversos com divulgação dos benefícios econômicos, sociais e ambientais do emprego de técnicas de manejo florestal e exploração madeireira com impacto reduzido.<sup>5</sup>

A experiência do IFT no planejamento e execução de cursos de capacitação foi importante para apontar as principais demandas locais e regionais que justificam a demanda de cursos de capacitação em manejo florestal. Primeiro, porque há certa carência de mão de obra qualificada com técnicas de manejo florestal e exploração de baixo impacto. Segundo, porque há pouca divulgação sobre os benefícios das boas práticas de exploração madeireira. Esses dois fatores justificam a necessidade de difusão de conhecimento técnico para o aprimoramento e adaptação dos modelos de manejo florestal.

---

<sup>2</sup> Art. 1º Fica o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES autorizado a destinar o valor das doações recebidas em espécie, apropriadas em conta específica denominada Fundo Amazônia, para a realização de aplicações não reembolsáveis em ações de prevenção, monitoramento e combate ao desmatamento e de promoção da conservação e do uso sustentável no bioma amazônico, contemplando as seguintes áreas: **I - gestão de florestas públicas e áreas protegidas; II - controle, monitoramento e fiscalização ambiental; III - manejo florestal sustentável; IV - atividades econômicas desenvolvidas a partir do uso sustentável da floresta; V - Zoneamento Ecológico e Econômico, ordenamento territorial e regularização fundiária; VI - conservação e uso sustentável da biodiversidade; e VII - recuperação de áreas desmatadas.**

<sup>3</sup> MARCOVITCH, Jacques. A Gestão da Amazônia: ações empresariais, políticas públicas, estudos e propostas. São Paulo: Edusp, 2011. p. 226

<sup>4</sup> MAGALHÃES, Vladimir Garcia; FREITAS, Gilberto Passos. Da exploração florestal. In: MILARÉ, Édís; MACHADO, Paulo Affonso Leme (coords.). Novo Código Florestal. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012. p. 305

<sup>5</sup> INSTITUTO FLORESTA TROPICAL. Site institucional. Disponível em: [www.ift.org.br](http://www.ift.org.br). Acesso em: 19.abri 2013

Foram previstos três eixos principais para o projeto. O primeiro, cuja finalidade é promover capacitação dos beneficiários para lidarem com técnicas de manejo florestal sustentável, são as atividades *in situ* e *ex situ*. Para as atividades *in situ* foram previstos 60 cursos de capacitação para 900 profissionais madeireiros, a serem executados em um prazo de 36 meses. Para as atividades *ex situ*, foram previstos 40 cursos práticos de manejo florestal para fortalecer a competência técnica em torno de 400 beneficiários, com enfoque para pequenos proprietários e empresários e comunidades tradicionais.

Quanto ao segundo eixo, que tem por objetivo divulgar o manejo florestal sustentável na Amazônia por meio de sensibilizações, foram previstos entre 40 e 70 eventos, com a finalidade de atingir em torno de 2100 pessoas. Além disso, foi planejada a criação de dez materiais técnicos (cartilhas, manuais e boletins) com conteúdo prático, para solucionar dúvidas e facilitar o acesso à informação pelos beneficiários.

Por fim, tendo em vista a necessidade de aprimorar o manejo florestal sustentável a partir da condução de experimentos científicos e pesquisa aplicada, foram previstas algumas atividades para aprimoramento das técnicas de manejo e exploração de impacto reduzido, o que demanda aquisição e manutenção de aparelhos e materiais. Ao todo, dez experimentos de pesquisa aplicada foram planejados, com publicação de ao menos dez trabalhos (artigos científicos, livros e materiais técnicos) para divulgação dos resultados obtidos.

Para delimitação do espaço geográfico de atuação do projeto, foram escolhidas áreas onde a prática do manejo florestal sustentável pudesse ser mais bem-sucedida em curto prazo, levando em consideração potenciais áreas onde poderão ocorrer concessões públicas ou em assentamentos de reforma agrária.<sup>6</sup> Além disso, foram escolhidas áreas de dez dos 43 municípios, no Pará, Amazonas e Rondônia, com maior índice de desmatamento entre 2008/2009, o que se direciona na linha da proposta do Fundo Amazônia pela redução do desmate e das emissões. As áreas de atuação são: o distrito florestal da BR-163 (rodovia Cuiabá-Santarém), os municípios no entorno do trecho paraense oriental da BR-230 (Transamazônica, entre Marabá e Placas), a Calha Norte do rio Amazonas, no extremo noroeste do

---

<sup>6</sup> Alguns Estados foram excluídos, nesta etapa inicial, levando em consideração o baixo potencial para implementação de programas de concessão florestal. Como afirma Marco Lentini, o Amapá se encontrava nos estágios iniciais de planejamento de florestas públicas para o manejo florestal. O Mato Grosso possui pouquíssimas áreas públicas de produção e uma grande quantidade de pequenas propriedades rurais em avançado estado de degradação, com poucas oportunidades de produção sustentável. Roraima também contava (e conta) com poucas oportunidades de manejo florestal em larga escala. O Acre é uma exceção – tem um ordenamento e uma vontade política muito fortemente arraigada no uso de florestas, além de contar com uma iniciativa independente de treinamento em manejo florestal.

Pará e municípios do entorno da BR-319 (Porto Velho - Manaus).

## **2. Estruturação e execução do projeto**

O projeto foi implementado pelo IFT em parceria com o Centro Nacional de Apoio ao Manejo Florestal (Cenaflor), vinculado ao Serviço Florestal Brasileiro (SFB). Segundo Iran Pires, gerente operacional do IFT, o Cenaflor atua como articulador para a realização das ações de sensibilização, treinamento e capacitação em manejo florestal. Ademais, o Cenaflor é um importante agente na identificação das demandas de capacitação de profissionais atuantes nas agências do governo, como o IBAMA e o ICMBio, além dos empresários, comunidades tradicionais, pequenos proprietários, professores, estudantes e pesquisadores. Como afirma o secretário executivo do IFT, o Cenaflor auxilia na divulgação dos cursos e na seleção dos beneficiários do projeto, tanto locais como os agentes dos órgãos federais, estaduais e municipais.

O IFT conta com outros parceiros para a realização das atividades. A Caterpillar, doadora do IFT desde 1995, apoia a organização com a cessão de máquinas florestais. A Cikel Brasil Verde S.A., empresa privada do setor florestal, é proprietária das Fazendas Cauaxi e Rio Capim em Paragominas/PA, nas quais desde 1995 o IFT mantém o Centro de Manejo Florestal Roberto Bauch, onde as atividades de treinamento e capacitação e de aprimoramento técnico do manejo florestal são realizadas. Andreas Stihl Ferramentas Motorizadas apoia o IFT desde 1995, com a doação de motosserras e equipamentos para a execução das atividades florestais no CMF Roberto Bauch.

Os cursos *in situ* são desenvolvidos na Fazenda Cauaxi, na cidade de Paragominas (PA), onde fica o Centro de Manejo Florestal Roberto Bauch. Iran Pires ressalta que neste local é possível demonstrar na prática todas as atividades do manejo, desde a preparação, a exploração em si e, principalmente, a demonstração *in loco* da pós-exploração, além de pesquisas em andamento.

O projeto prevê, também, cursos *ex situ*. Os beneficiários podem receber as capacitações e/ou sensibilizações diretamente em suas propriedades, para evitar maiores dificuldades com deslocamento. A equipe volante do IFT vai ao local onde estão instalados os beneficiários e ministra o conteúdo adequado à realidade local. Isso desonera em muito o beneficiário, pois não implica gastos com deslocamento até o Centro de Manejo Florestal.

A divulgação das ações a serem executadas é realizada anualmente, por meio da página do IFT na internet (abertura das inscrições nos cursos abertos), de convites direcionados aos públicos das áreas de atuação do projeto (abertura de

turmas fechadas) e por parceiros do IFT.

O monitoramento do projeto é feito semestralmente, com divulgação de relatórios no site do IFT. Os parâmetros são basicamente: o Controle Financeiro e a Realização dos Produtos. No controle financeiro o monitoramento ocorre por meio das rubricas, controlando os desembolsos. Já o de Realização dos Produtos se dá pelo acompanhamento das metas quantitativas e qualitativas cumpridas o longo do projeto. Além disso, um parâmetro complementar utilizado são os registros das evidências das ações realizadas, por meio de registros como fotos, listas de presença, avaliações diárias e de final de curso, relatórios etc.

### 3. Parâmetros de avaliação do projeto

Ao indicar aspectos do projeto para serem avaliados, a intenção é buscar informações úteis aos processos decisórios <sup>7</sup>que se refiram à sua execução, bem como orientar projetos que futuramente venha ser financiados pelo Fundo Amazônia.

O projeto tem por meta principal promover capacitação sobre as técnicas de manejo florestal sustentável e exploração madeireira com baixo impacto ambiental. Diante da carência de mão de obra especializada, dentro de um contexto de expansão das fronteiras agrícolas e da pecuária, a divulgação das boas práticas de manejo florestal constitui fator importante para exploração racional dos recursos florestais na região Amazônica, o que pode impactar positivamente para a redução nas emissões de carbono.

É importante destacar, de forma preliminar, que o projeto em análise não tem relação direta com projetos de pagamentos ou compensação por serviços ambientais. Porém, está relacionado com fomento às boas práticas de exploração dos recursos florestais, por meio de técnicas de manejo e exploração de baixo impacto.

A escolha das áreas para atuação do projeto é um primeiro aspecto positivo dentro da avaliação. Com efeito, ao escolher áreas com significativo potencial para serem beneficiárias de programas de concessões florestais e assentamentos rurais, o projeto logrou estimular a capacitação de mão de obra que efetivamente terá condições de aplicar as boas técnicas de manejo florestal, em curto espaço

---

<sup>7</sup> MARINO, Eduardo. **Diretrizes para Avaliação de Projetos e Programas de Investimento Social Privado**: estudo da aplicabilidade dos standards de avaliação de programas definidos pelo The Joint Committee of Standards for Educational Evaluation em programas e projetos de investimento social privado. Dissertação (Mestrado – Administração). Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo. São Paulo: USP, 2003. p. 68.

temporal.

Especificamente sobre as atividades desenvolvidas, o IFT já tem um balanço sobre os três primeiros semestres, do qual podem ser extraídas algumas conclusões.

No primeiro semestre (01/08/2011-29/02/2012), foram realizados 11 cursos *in situ*, 11 cursos *ex situ* e 12 sensibilizações. Além disso, foram publicados três boletins e dois manuais técnicos. Os cursos contaram com a participação de 179 pessoas nos cursos *in situ*, 118 nos *ex situ* e 73 participantes nos cursos de curta duração. Nos eventos de sensibilização participaram 635 pessoas. O IFT ainda desenvolveu diversas atividades para aprimorar sua base científica no manejo florestal por meio de pesquisas com cipó-titica, copaíba, estudo da análise de biomassa e estimativas de carbono absoluto/total.

Como o próprio IFT reconhece, foram realizados cursos e treinamentos em número abaixo daquele programado para o período. Isso porque a ideia era iniciar as ações do projeto no início do verão e da safra florestal (por volta de junho/2011). Contudo, os recursos advindos do BNDES apenas foram liberados em agosto/2011, o que impediu o cômputo das atividades desenvolvidas antes desse mês. Depois que se iniciaram as ações do projeto, só foi possível aproveitar metade do verão, pois o IFT passou por férias coletivas de 15 de dezembro de 2011 a 15 de janeiro de 2012, retornando suas atividades já no período do inverno (dezembro a maio de cada ano).

Durante o 2º semestre de execução do projeto (01/03/2012-31/07/2012), foram realizados dez cursos *in situ*, 13 *ex situ* e sete sensibilizações. Além disso, foram publicados dois boletins, dando sequência àqueles publicados no período anterior. Ademais, o IFT continuou a desenvolver atividades para aprimorar sua base científica no manejo florestal dando continuidade às pesquisas desenvolvidas no 1º semestre e agregando dois novos experimentos.<sup>8</sup>

Nos cursos *in situ* participaram 163 pessoas, 151 nos cursos *ex situ* e 269 participantes nas sensibilizações. Os cursos acabaram se concentrando no período de junho/julho. Já as sensibilizações, ainda que planejadas para o período de inverno, ocorreram em menor número, mesmo com a participação de ouvintes acima do esperado. O número de publicações também foi menor, pois, segundo o IFT, a publicação de material nem sempre segue à risca cronogramas pré-determinados, pois podem encontrar alguns entraves em sua elaboração (por exemplo, atrasos nas revisões por equipes técnicas). Sobre os experimentos realizados pelo IFT, a meta

---

<sup>8</sup> Os dois novos experimentos são: 1) teste de plantio em clareiras de exploração, e 2) teste de rendimentos e produtividades no trabalho na produção e uso de produtos florestais tradicionais.

anual foi superada.

Por fim, com relação ao 3º semestre de execução do projeto (01/08/2012-31/01/2013), foram realizados 17 cursos *in situ*, 15 cursos *ex situ* e oito sensibilizações. Nos cursos *in situ*, o IFT atingiu um público de 266 pessoas, ao passo que nos cursos *ex situ* participaram 164 pessoas. Participaram das sensibilizações 240 pessoas. Sobre o aprimoramento da base técnica e científica do manejo florestal, nesse semestre o IFT testou o uso de sistemas de monitoramento florestal para o acompanhamento do crescimento de florestas exploradas. Para isso, iniciou-se o uso do software MFTS (Monitoramento de Florestas Tropicais). O IFT espera que até final de 2013 possa colher os primeiros resultados dessa nova ferramenta.

Em linhas gerais, pela análise dos três semestres precedentes, verifica-se que houve uma evolução positiva no que tange ao cumprimento das metas, principalmente quanto aos cursos *ex situ*, cuja meta está próxima de ser alcançada no atual semestre. A expectativa do IFT, segundo Marco Lentini, é ultrapassar a meta proposta ao BNDES, de 1300 beneficiados com os treinamentos, para alcançar 2000 beneficiários até o término de vigência do projeto.

Por outro lado, é preciso aprimorar as atividades relacionadas à publicação e divulgação de material, haja vista que, proporcionalmente, foi a que menos cumpriu suas metas.

O sistema de avaliação geral dos resultados trazidos pelo projeto ainda está em fase de formação, pois há diferentes formas, seja por meio qualitativo (avaliações em sentido estrito) ou quantitativo (acompanhamento de comunidades após os treinamentos).

Mas o IFT já pode apontar algumas consequências positivas advindas da execução do projeto, dentre as quais podem ser destacadas: a atuação direta na capacitação de mão de obra para trabalhar nas concessões florestais federais e estaduais, a sensibilização de públicos poucos atendidos até então, e divulgação das práticas de manejo florestal para comunidades nunca antes atendidas pelos órgãos governamentais, e que hoje vislumbram fonte de renda a partir do potencial florestal.

Tais resultados encontram-se em consonância com os focos de atuação do Fundo Amazônia para 2013/2014<sup>9</sup>. Isso porque a capacitação de pessoas para atuar

---

<sup>9</sup> Para 2013/2014, o foco do Fundo Amazônia será com projetos estruturantes ou selecionados por meio de chamadas públicas. Projeto estruturante é aquele que atenda cumulativamente aos critérios a seguir: a) contribua para a implementação de uma política pública; b) seja resolutivo em relação à situação problema; e c) tenha escala no território (sempre que o projeto desenvolva as suas ações no território). FUNDO AMAZÔNIA. Site institucional. Disponível em [www.fundoamazonia.gov.br](http://www.fundoamazonia.gov.br). Acesso em 15/7/13.

com manejo florestal possui extrema relevância para a formulação e viabilidade de políticas públicas que visem exploração sustentável dos recursos florestais, como, por exemplo, por meio de concessões florestais ou simplesmente sua regularização dentro das especificidades da legislação florestal. Além disso, o projeto possui potencial para ser expandido, ampliando sua escala para outros locais, disseminando capacitação para atuar com exploração de impacto reduzido.

Conforme explica Iran Pires, é difícil estimar se as atividades desenvolvidas trouxeram aumento da empregabilidade ou nível de renda dos beneficiários em curto tempo. Para ele, esse é um indicador social difícil de constatar, devido sua especificidade e ligação a vários fatores externos. Porém, é certo que as atividades têm potencial para contribuir com a manutenção de empregos, aumento da autoestima da pessoa e de novas oportunidades, à medida que se apodera de novas práticas e aperfeiçoa as que já detêm.

#### **4. Relação com o BNDES**

O IFT relata que no primeiro ano de execução do projeto a relação com o BNDES foi difícil e desgastante. Por se tratar de um período inicial, o BNDES alterava constantemente alguns procedimentos, o que deixava a instituição um pouco insegura. Além disso, as cobranças eram demasiadamente exageradas e quase impossíveis de serem postas em prática.

Em específico sobre a prestação de contas, o IFT realizou-o nos três primeiros semestre por meio do sistema de competências.<sup>10</sup> Porém, o BNDES solicitou que fosse alterado para o regime de caixa, o que, segundo Sonia Bentes, gerente financeira do IFT, gerou uma espécie de retrabalho que prejudicou, de certa forma, o fluxo de trabalho da instituição.

Diante de tais dificuldades, o IFT optou por expor ao BNDES os problemas de campo que dificultavam o cumprimento das metas por algumas regras impostas pelo BNDES. Após este momento, o IFT relata que ocorreram mudanças positivas, o que refletiu no desenvolvimento das atividades programadas.

Exemplo disso ocorreu nas sensibilizações, o que pode ser motivo para terem sido realizadas em baixo número. Isso porque quando as palestras eram destinadas ao público em comunidades, por vezes, as exigências inviabilizavam a execução da

---

<sup>10</sup> Pelo regime de competência, o registro do documento ocorre na data do fato gerador, enquanto que o regime de caixa considera os registros quando estes foram pagos. PORTAL ADMINISTRADORES. Regime de competência x Regime de caixa. Disponível em: <http://www.administradores.com.br/artigos/administracao-e-negocios/regime-de-competencia-x-regime-de-caixa/20654/> Acesso em 22.jun. 2013.

atividade, pois era requerida anuência por escrito e autenticada em cartório de entidade representante da comunidade, dando aceite para a realização da atividade naquele local. Porém, como relata Iran Pires, na Amazônia isso nem sempre é possível devido às grandes distâncias e ao analfabetismo da população.

Após expor este problema ao BNDES, o IFT afirma que a instituição ficou mais flexível, concedendo maior prazo para a obtenção desses documentos. Contudo, a persistência com este procedimento pode dificultar a realização de outras sensibilizações.

Atualmente, para o IFT, a parte operacional do projeto está equilibrada e tranquila de ser executada, não sendo mais um fator limitador para a execução do projeto. Porém, o próprio IFT alega que necessita melhorar o acompanhamento das rubricas e prestação de contas financeiras.

## **5. Perspectivas futuras e recomendações ao projeto**

Após esta análise do projeto, algumas sugestões podem ser indicadas para seu melhor aprimoramento e cumprimento dos objetivos do Fundo Amazônia.

Uma das dificuldades encontradas pelo projeto foi que boa parte das atividades de treinamento e capacitação somente podem ser feitas durante a safra florestal, que em muitos lugares na Amazônia fica restrita a 5-6 meses por ano. Como reconhecido pelo IFT, esse fato impediu a ampliação das ações e a própria execução, pois algumas empresas preferiam fazer o treinamento antes de começar a safra, mas não detinham ainda o licenciamento das áreas de manejo, algo que impede os treinamentos. Depois que começa a safra, as empresas dificilmente disponibilizam seus trabalhadores para treinamento, pois isso restringe tempo operacional durante a safra.

O IFT alega que esse problema foi solucionado realizando os treinamentos em etapas ou no início/final da safra. Porém, foi algo observado após certo lapso temporal (aproximadamente um ano), o que pode justificar a baixa adesão de participantes nos primeiros cursos. Por outro lado, é significativa a evolução no crescimento dos participantes dos cursos oferecidos no terceiro semestre, o que indica que o projeto pode estar em seu rumo correto no que tange aos seus objetivos.

Além disso, pode ser apontada uma falha no tocante à divulgação dos cursos. Por mais que seja divulgado em seu endereço eletrônico e com auxílio do Cenaflo, seria interessante que a instituição buscasse parceria na divulgação junto aos governos e entidades locais, para maior publicidade e participação de interessados.

Por fim, com relação à morosidade para elaboração dos materiais e publicações, o que estaria dificultando o cumprimento das metas, seria interessante que a instituição fixasse prazos mais curtos, porém flexíveis. É política interna do IFT priorizar a produção de material de qualidade, e não apenas de quantidade. Nessa linha, a fixação de prazos menores, com a possibilidade de serem flexibilizados, pode ser útil para a publicação dos materiais dentro das metas programadas.

Em suma, verifica-se que a instituição está empenhada em cumprir os prazos e metas fixadas no projeto, sendo que dificuldades e entraves são previsíveis. O indicativo positivo é que a instituição compreendeu alguns dos problemas de forma rápida e os vem corrigindo, o que pode ser verificado com a análise dos dados. Porém, para uma escala maior, seria necessário um planejamento inicial mais abrangente das atividades levando em consideração as peculiaridades da região e maior divulgação, o que poderia significar maior adesão de beneficiários e alcance dos resultados, dentro da proposta de capacitação e treinamento.

## **6. Conclusões e recomendações ao Fundo Amazônia**

Como já exposto, o projeto tem um papel importante no sentido de embasar as condições estruturantes para as ações de conservação e bom uso das florestas, sob uma perspectiva sustentável.

Uma das premissas do Fundo Amazônia é que qualquer medida de redução de emissões passa necessariamente pelo combate ao desmatamento e degradação. No Brasil, em geral, a degradação florestal é causada pelo fogo, pela coleta de lenha e principalmente pela exploração convencional. O manejo florestal, por sua vez, é considerado como uma alternativa interessante ao desmatamento por propiciar a sustentabilidade econômica e social no longo prazo, aliando estes elementos à conservação florestal.

Desta forma, este projeto pode contribuir de maneira indireta para a redução das emissões por desmatamento e degradação florestal, por atuar estrategicamente na capacitação de atores sociais, divulgando adoção de boas práticas, esclarecimentos sobre as vantagens econômicas, sociais e ambientais e no aprimoramento de técnicas relacionadas ao manejo florestal. A adoção de melhores práticas de manejo florestal contribui para a manutenção da floresta em pé, evita sua degradação e promove o desenvolvimento social.

Por envolver uma grande quantidade de beneficiários em um espaço territorial e social extremamente diverso, é compreensível a dificuldade pela qual passa a instituição proponente, sobretudo quanto ao cumprimento das etapas e obrigações impostas pelo BNDES.

As exigências do BNDES não são de todo criticáveis, sobretudo por estarem dentro de sua proposta de evitar o “erro mínimo”, tendo em vista seu papel de gestor do Fundo Amazônia. Na verdade, como afirma Marco Lentini, os recursos do Fundo são originados de doadores internacionais, pelo que as instituições devem se adaptar com doadores exigentes e, principalmente, focados em resultados.

Porém, seria interessante que o BNDES flexibilizasse algumas regras quando o cumprimento delas não depender exclusivamente da instituição. Por exemplo, a dificuldade relatada pelo IFT para a realização das sensibilizações. Embora o BNDES tenha concedido maior prazo para a comprovação da autorização das entidades onde as palestras ocorreriam, por meio de anuência documentada em cartório, seria interessante questionar se esta etapa é realmente necessária para a regularidade do projeto. Ao facilitar esta etapa, certamente as sensibilizações seriam mais bem organizadas e realizadas, o que pode auxiliar a instituição a cumprir mais facilmente sua meta para esta modalidade de atividade.

Outra questão importante se refere aos procedimentos internos exigidos pelo BNDES, como, por exemplo, a prestação de contas. No ponto, é importante a fixação das regras e metas desde o início, como, por exemplo, o procedimento de prestação de contas. Além disso, devem ser levadas em consideração especificidades do projeto, salvo exceções justificadas durante a sua vigência. Maior segurança e transparência quanto às regras é importante para a instituição conseguir focar no cumprimento das metas e execução das atividades.

O projeto tem potencial para ampliação da escala de atuação na região amazônica, levando em consideração a importância da capacitação e sensibilização de atores sociais quanto aos benefícios do manejo florestal sustentável. A execução do projeto amadureceu-o, o que pode ser demonstrado pelo cumprimento das metas inicialmente fixadas. Dentro desse contexto, pode-se concluir, de forma geral, que o projeto analisado está dentro das propostas e objetivos do Fundo Amazônia com relação à disseminação de conhecimento e capacitação das populações locais, para evitar desmatamento irregular e prejudicial ao bioma amazônico.

## **7. Referências bibliográficas**

BRASIL – Decreto no. 6.321 de 21 de dezembro de 2007.

BRASIL – Lei nº. 12.651, de 25 de maio de 2012.

FUNDO AMAZÔNIA. Site institucional. Disponível em [www.fundoamazonia.gov.br](http://www.fundoamazonia.gov.br).

INSTITUTO FLORESTA TROPICAL. Site institucional. Disponível em: [www.ift.org.br](http://www.ift.org.br).

Acesso em: 19.abri 2013.

MAGALHÃES, Vladimir Garcia; FREITAS, Gilberto Passos. Da exploração florestal.

In: MILARÉ, Édís; MACHADO, Paulo Affonso Leme (coords.). **Novo Código**

- Florestal.** São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012.
- MARCOVITCH, Jacques. **A Gestão da Amazônia:** ações empresariais, políticas públicas, estudos e propostas. São Paulo: Edusp, 2011.
- MARINO, Eduardo. **Diretrizes para Avaliação de Projetos e Programas de Investimento Social Privado:** estudo da aplicabilidade dos standards de avaliação de programas definidos pelo The Joint Committee of Standards for Educational Evaluation em programas e projetos de investimento social privado. Dissertação (Mestrado – Administração). Faculdade de Economia e Administração, Universidade de São Paulo. São Paulo: USP, 2003.
- PORTAL ADMINISTRADORES. Regime de competência x Regime de caixa. Disponível em: <http://www.administradores.com.br/artigos/administracao-e-negocios/regime-de-competencia-x-regime-de-caixa/20654/>.